



**DOMINIUM**

Estratégia e Inteligência da Informação

## CONJUNTURA POLÍTICA SEMANAL

Cenários, Análises e Projeções Políticas na Capital Federal

Semana de 19/08/2019 a 23/08/2019

Brasília, sexta-feira 23 de agosto de 2019

### ESPECIAL

- **Declarações de Bolsonaro Amazônia** - Conforme reflexão proposta na conjuntura da última semana, de 12 a 16/08/2019, os discursos pouco polidos do presidente Bolsonaro (PSL), tem criado diversos desgastes e poucas soluções práticas para as crises enfrentadas no país.
- **As visões de mundo do presidente divergem de sua política estratégica** – Do ponto de vista político, a falta de pragmatismo e cuidado em suas declarações são potencialmente prejudiciais para setores estratégicos para o desenvolvimento econômico, nesse caso, em especial, ao agronegócio.

### Poder Executivo

- **As interferências de Bolsonaro nos órgãos ligados ao combate à corrupção** – Durante a semana inúmeras questões foram levantadas referente às intervenções, por parte do Executivo, na Receita Federal (RF) e no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).  
**Governo amplia escopo de estatais que poderão ser privatizadas** – Na quarta-feira (21), o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, anunciou plano do governo para privatização de mais nove empresas estatais – Telebras, Correios, Codesp, Dataprev, Serpro, Emgea, Ceitec, Ceagesp, além de um conjunto de ações da União no Banco do Brasil.

### Poder Legislativo

- **Realizado Ciclo de Audiências para discussão da Reforma da Previdência no Senado** – Após aprovação pela Câmara, o texto da Reforma da Previdência (PEC 6/2019) foi objeto de amplo debate na CCJ do Senado, a qual realizou seis audiências públicas ao longo desta semana, com diversos especialistas sobre a temática, bem como autoridades e representantes de categorias profissionais.
- **Realizadas discussões sobre a Reforma Tributária no Congresso** – Nesta segunda-feira (19), no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, foi realizada Audiência Pública para discussão da PEC 110/2019, assim como nesta terça-feira (20), na Comissão Especial da PEC 45/2019 da Câmara dos Deputados, também foi realizada Audiência Pública, para apresentação da Proposta.
- **MP da Liberdade Econômica aprovada no Senado** – Nesta quarta-feira (21), o Senado Federal aprovou a MP 881/2019, a qual busca reduzir a burocracia para os negócios da iniciativa privada, ao estabelecer garantias para o livre mercado e prever isenção de alvarás e licenças para startups, entre outras medidas.

### Poder Judiciário

- **STF voltou a julgar pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** – O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta quinta-feira (22), a análise sobre se o Poder Executivo pode cortar o orçamento de outros poderes (Legislativo e Judiciário,



**DOMINIUM**

Estratégia e Inteligência da Informação

além do Ministério Público e Defensoria Pública) quando a arrecadação não atingir as expectativas.

## **ESPECIAL GOVERNABILIDADE – MANIFESTAÇÕES DE BOLSONARO NÃO CONTRIBUEM PARA A GESTÃO DA CRISE E ENTREGAM NOVAMENTE O PROTAGONISMO AO LEGISLATIVO**

**Declarações de Bolsonaro Amazônia** - Conforme reflexão proposta na conjuntura da última semana, de 12 a 16/08/2019, os discursos pouco polidos do presidente Bolsonaro (PSL), tem criado diversos desgastes e poucas soluções práticas para as crises enfrentadas no país. A mais recente sequência de pronunciamentos públicos sobre o meio ambiente, causou reações adversas em líderes mundiais e expôs o Brasil na capa de grandes veículos de comunicação mundo afora.

**As visões de mundo do presidente divergem de sua política estratégica** – Do ponto de vista político, a falta de pragmatismo e cuidado em suas declarações são potencialmente prejudiciais para setores estratégicos para o desenvolvimento econômico, nesse caso, em especial, ao agronegócio, que já manifestou preocupação com o posicionamento do Governo Federal em relação às queimadas na Amazônia, bem como ao crescimento do desmatamento. Isso porque, o setor tem trabalhado na construção de uma imagem sustentável frente aos outros países, que, por sua vez, tem tratado as questões ambientais como alta prioridade. Em outras palavras, a visão de mundo pessoal do presidente se choca com estratégia política de sua própria gestão.

**A intenção é o nacionalismo, mas é interpretado como truculência** – O posicionamento do governo, que carrega o nacionalismo como intenção, acaba tendo o efeito oposto. Ainda que Bolsonaro tenha suas razões ao criticar as investidas contra a soberania nacional por parte dos países europeus, o apoio de aliados na preservação da Amazônia é um interesse global e, portanto, a negação da necessidade de preservação pode colocar em cheque a credibilidade do país em relação ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, pauta fundamental para o mundo ocidental.

**Protagonismo é tomado novamente pelo Legislativo** – A probabilidade de retaliações comerciais vindas de outros países não é alta, uma vez que crises desse tipo tendem a gerar muito mais barulho que ações concretas. No entanto, há, com certeza, um desgaste demasiado da imagem do país no exterior, além de queda na confiabilidade do governo e sua capacidade de gerir crises. A postura reativa em relação ao resto do mundo, além de não solucionar o problema, gera crises internas desnecessárias e legitima os ataques proferidos ao país. Rodrigo Maia (DEM-RJ), novamente, assume o lugar de pacificador e toma medidas mais cautelosas, propondo direcionamento de R\$ 2,5 bilhões do Fundo da Petrobrás para o combate às queimadas na Amazônia, tomando para si a gestão de mais uma pauta prioritária, isolando o Poder Executivo de seu protagonismo.

## **PODER EXECUTIVO**

**As interferências de Bolsonaro nos órgãos ligados ao combate à corrupção** – Durante a semana inúmeras questões foram levantadas referente às intervenções, por parte do Executivo, na Receita Federal (RF) e no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Essas se somam agora à troca no comando da Polícia Federal (PF) do Rio de Janeiro, que gerou desconforto entre Bolsonaro e o Ministro Sérgio Moro na semana passada. As três instituições – RF, Coaf e PF – têm trazido à tona informações questionáveis sobre a família do presidente. A Receita, cuja atuação



**DOMINIUM**

*Estratégia e Inteligência da Informação*

vem sendo alvo de críticas dos três poderes nos últimos tempos, exonerou seu Secretário-Geral, João Paulo Fachada – 2º mais alto na hierarquia do órgão e peça chave no debate sobre a Reforma Tributária – na segunda-feira (19). Fachada se posicionava abertamente contra as ingerências políticas na entidade, assim como outros atores da cúpula da RF. O governo já manifestou a intenção de continuar trocando os quadros, o que pode se estender a postos essenciais à fiscalização, e estuda flexibilizar as regras de chefia do órgão como fez com o Coaf, ao editar a Medida Provisória nº 893, também na segunda-feira (19). A medida, além de renomear o Coaf como Unidade de Inteligência Financeira, o transfere para a alçada do Banco Central (BC). Guedes, que conta com o apoio de Rodrigo Maia na empreitada, argumenta que a intenção é tirar a instituição do jogo político e, para isso, seria necessário assegurar também a independência do BC. Por outro lado, a MP abre brecha para indicações políticas ao comando do Coaf. Vale ressaltar que este, bem como a RF e a PF são centrais no combate à corrupção, uma das principais bandeiras da campanha de Bolsonaro à presidência, e para fazer seu trabalho reivindicam independência.

**Governo amplia escopo de estatais que poderão ser privatizadas** – Na quarta-feira (21), o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, anunciou plano do governo para privatização de mais nove empresas estatais – Telebras, Correios, Codesp, Dataprev, Serpro, Emgea, Ceitec, Ceagesp, além de um conjunto de ações da União no Banco do Brasil. Entre as empresas que estão no plano de privatizações, seis já passaram pela qualificação do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), que examina a viabilidade econômica do empreendimento, desde o governo Temer. A Eletrobrás é um desses casos. Nada obstante, a derrubada da MP 879/2019 - que visava remediar a Eletrobrás pelas despesas de suas antigas distribuidoras -, pela Câmara dos Deputados, consumada na terça-feira (20), representa um empecilho à venda da estatal já que a empresa deverá assumir as dívidas das subsidiárias, o que provavelmente atingirá o preço de suas ações. Guedes enfatizou que pretende dar fechamento aos projetos de privatização ainda esse ano, entretanto, técnicos afirmam que parte significativa das empresas é deficitária, o que dificultaria uma breve conclusão das vendas. Ademais, durante o anúncio, Lorenzoni afirmou ainda que o plano se estenderia a presídios e parques nacionais, sem dar mais detalhes. Esses também são pontos sensíveis, os quais devem suscitar reações por parte da sociedade e deverão ser amplamente discutidos.

## PODER LEGISLATIVO

**Realizado Ciclo de Audiências para discussão da Reforma da Previdência no Senado** – Após aprovação pela Câmara, o texto da Reforma da Previdência (PEC 6/2019) foi objeto de amplo debate na CCJ do Senado, a qual realizou seis audiências públicas ao longo desta semana, com diversos especialistas sobre a temática, bem como autoridades e representantes de categorias profissionais. O Relator Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), têm defendido que as alterações propostas no Senado estejam em PEC Paralela, especialmente no que se refere à inclusão dos estados e municípios, apontada por Alcolumbre como papel do Senado. Dentre as discussões realizadas nas audiências, destacam-se críticas concernentes ao valor dos benefícios, ao tempo prolongado de contribuição, ao tratamento dado às aposentadorias especiais, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), à pensão por morte e ao financiamento da Previdência. Já os defensores do texto atual da PEC, reforçaram a confiabilidade dos cálculos oficiais do governo no desenho da Proposta, além dos seus impactos positivos como o equilíbrio fiscal, o fim dos privilégios, o combate às desigualdades de renda e a geração de empregos. Ademais, questionou-se a baixa presença de representantes do governo



**DOMINIUM**

*Estratégia e Inteligência da Informação*

nas Audiências, em especial do Ministro Paulo Guedes. Conforme cronograma de deliberação da PEC na Casa, a previsão é de que o Relator Tasso apresente a primeira versão do Relatório até a próxima semana e a conclusão da aprovação da PEC ocorra até o início de outubro.

**Realizadas discussões sobre a Reforma Tributária no Congresso** – Nesta segunda-feira (19), no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, foi realizada Audiência Pública para discussão da PEC 110/2019, que extingue nove tributos (IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, CSLL, ICMS e ISS), criando o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência estadual, bem como o Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos, de competência federal. De acordo com o Relator Roberto Rocha (PSDB-MA), seu Relatório será entregue em até 45 dias. Com o debate da Reforma Tributária, o Senado não quer perder protagonismo político na discussão da Reforma, fazendo um contraponto à atuação da Câmara dos Deputados na agenda econômica. No âmbito da Comissão Especial da PEC 45/2019 da Câmara, foi realizada Audiência Pública, esta terça-feira (20), para apresentação da Proposta, a qual tem como foco a tributação de bens e serviços, unificando cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) e criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos três entes, assim como o chamado Imposto Seletivo, sobre bens e serviços específicos, de competência federal. De acordo com o Relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o objetivo é realizar oito audiências públicas na Comissão, além de seminários nas cinco regiões do País, apresentando seu Relatório até o início de outubro. Nesta quarta-feira (21), após o Ministro da Economia, Paulo Guedes, defender publicamente a criação de um imposto sobre movimentações financeiras, comparado à extinta CPMF; o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), garantiu que esta proposta não está na pauta, lembrando que o próprio Presidente Bolsonaro se posicionou contra a ideia de criar novos impostos. Além disso, Alcolumbre afirmou que as duas Casas irão se reunir para discussão de uma proposta unificada. Fora a complexidade em torno das propostas, vale pontuar que, apesar da vontade política de diversos atores, a Reforma Tributária tem uma lógica totalmente oposta à Reforma da Previdência, pois se nesta o clima é de convergência, já na Tributária prevalece a divergência entre os parlamentares, os quais representam diversos interesses de atores como o setor empresarial, o governo federal, governadores e prefeitos. Ademais, salienta-se o descompasso da equipe econômica em apresentar a sua proposta de Reforma, haja vista que a votação das propostas que tramitam no Congresso estarem previstas para outubro. Portanto, esse contexto deve levar a discussão sobre mudanças tributárias para o primeiro semestre de 2020.

**MP da Liberdade Econômica aprovada no Senado** – Nesta quarta-feira (21), o Senado Federal aprovou a MP 881/2019, que busca reduzir a burocracia para os negócios da iniciativa privada, ao estabelecer garantias para o livre mercado e prever isenção de alvarás e licenças para startups, entre outras medidas. O governo argumenta que a MP vai gerar 3,7 milhões de empregos em 10 anos. A aprovação da matéria no Senado se deu após acordo para serem suprimidos do texto os artigos que acabavam com a restrição dos trabalhos aos domingos e feriados. Diversos senadores criticaram o tempo escasso que tiveram para discussão da medida, o que impediu o Senado de fazer mudanças por meio de emendas ao texto, pois não haveria tempo para que a MP voltasse à Câmara. Até o momento, o Projeto aguarda sanção presidencial.

## PODER JUDICIÁRIO

**STF voltou a julgar pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** – O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta quinta-feira (22), a análise sobre se o Poder Executivo pode cortar o orçamento de outros poderes (Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público



## DOMINIUM

*Estratégia e Inteligência da Informação*

e Defensoria Pública) quando a arrecadação não atingir as expectativas. A análise de diversos dispositivos da lei começou na quarta-feira (21) e ocupou duas sessões da Corte. Criada em 2000, a LRF tem o objetivo de impor limites ao gasto público, se adaptando ao que é arrecadado por meio de impostos, para conter o endividamento da União, estados, Distrito Federal e municípios. Por esta razão, a permissão ao Executivo para cortar o orçamento dos outros poderes é o ponto que mais suscitou debate entre os ministros até o momento. O julgamento começou com placar de cinco votos favoráveis à permissão e quatro contrários. Cabe ressaltar, que o Executivo deverá também, fazer o repasse mensal em dia ao demais poderes, caso contrário, ficaria sujeito a arresto (apreensão judicial), o que o obrigaria a efetuar a transferência. Ainda na quinta-feira, a maioria dos ministros, votou por proibir que estados e municípios reduzam temporariamente a jornada de trabalho e salário de servidores públicos, quando os gastos com pessoal ultrapassar o teto previsto de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). Essa redução salarial temporária, está prevista na LRF, no entanto permanece suspensa desde 2002 pelo STF, devida a possibilidade de ferir a Constituição. Até o momento, 6 dos 11 ministros entenderam que a redução temporária de carga horária e salários fere esse princípio constitucional de irredutibilidade, contrariando a demanda de estados e municípios que ultrapassam o limite legal. Nesse sentido, quando o comprometimento de gastos com pessoal atinge cerca de 54%, o estado entra em limite de alerta e deveria, portanto, tomar medidas para conter esse crescimento de despesas. De todo modo, os dois julgamentos forma interrompidos pelo presidente Dias Toffoli, para aguardar o voto do decano Celso de Mello, que esteve ausente por motivo de saúde. A análise só será retomada após o retorno deste ministro.

### Responsabilidade Técnica

**DOMINIUM CONSULTORIA**